



DIÁRIO OFICIAL DE SANTA CATARINA

EXTRATO DIGITAL DE PUBLICAÇÃO

Extrato de Publicação, referente a matéria
matéria nº: 91119 de 22/02/2013
Edição Eletrônica nº 19520



Código de Verificação



Assinado de forma digital por FUNDO DE
MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS
OFICIAIS - 14284443000197

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

A Administração da Companhia apresenta para os acionistas as peças contábeis referentes ao exercício social de 2012 nos termos da legislação pertinente em vigor, de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e do IFRS (International Finance Reporting Standards).

O ano de 2012 para a empresa representou fundamentalmente um período de recuperação de resultados. As vendas líquidas aumentaram 25% e o lucro bruto passou de R\$ 8,7 milhões para R\$ 17,4 milhões, num ambiente hostil de mercado deste setor. Em 2011, os custos foram duramente atingidos pelo aumento do algodão e, em 2012, esta situação já foi revertida com redução significativa destes custos favorecendo o resultado.

Investiu-se na modernização das plantas o valor de R\$ 6,8 milhões resultando em melhoria de produtividade e aumento de capacidade.

O posicionamento da marca Buddemeyer continua num ótimo nível de percepção perante seu público alvo, contribuição fundamental para a manutenção do crescimento da Companhia.

Os bons fundamentos econômicos financeiros apresentados facilitam o trajeto da empresa neste quadro de mudanças estruturais do setor na ponta do varejo.

O exercício de 2013 vislumbra um cenário favorável para seus negócios.

De forma conjuntural, a economia brasileira teve um crescimento do PIB em torno de 1%, extremamente baixo e, para 2013, também terá um crescimento modesto de algo em torno de 3% conforme as previsões correntes de entidades especializadas. Tudo isto contribui de forma negativa para o setor CAMEBA como um todo mas, como já foi dito, apesar deste cenário, as expectativas para a empresa são favoráveis.

São Bento do Sul, 15 de fevereiro de 2013

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL - Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 - (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011		31/12/2012	31/12/2011		
Ativo										
Ativo circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	4	22.255	18.820	30.422	28.383					
Contas a receber de clientes	5	64.781	59.148	59.521	56.372					
Estoque	6	32.430	31.565	33.343	32.131					
Impostos a recuperar	7	598	1.790	925	2.113					
Outros créditos		1.503	1.175	1.531	1.209					
Despesas antecipadas		31	954	31	954					
Total ativo circulante		121.598	113.452	125.773	121.162					
Ativo não circulante										
Impostos a recuperar	7	741	1.018	826	1.109					
Depósitos judiciais		126	127	143	139					
Créditos com partes relacionadas	14	404	254	404	254					
Outros créditos		186	68	213	68					
		1.457	1.467	1.586	1.570					
Investimentos em controladas	8	28.322	27.764	-	-					
Outros investimentos		12	12	39	37					
Imobilizado	9	45.896	44.820	68.100	67.600					
Intangível		160	125	338	205					
		74.390	72.721	68.477	67.842					
Total ativo não circulante		75.847	74.188	70.063	69.412					
Total do ativo		197.445	187.640	195.836	190.574					
Passivo e patrimônio líquido										
Passivo circulante										
Fornecedores	10	21.628	15.209	9.340	5.865					
Empréstimos e financiamentos	11	29.295	27.424	31.149	29.287					
Obrigações sociais		3.857	2.138	5.006	2.772					
Obrigações tributárias		718	838	754	867					
Comissões a pagar		2.303	2.368	2.303	2.368					
Juros sobre Capital Próprio	13	3.235	2.700	3.235	2.700					
Outras obrigações		1.093	2.501	1.882	3.792					
Total passivo circulante		62.129	53.178	53.669	47.651					
Passivo não circulante										
Fornecedores	10	1.022	937	1.022	936					
Empréstimos e financiamentos	11	15.105	20.134	18.939	25.807					
Obrigações tributárias		270	589	270	589					
Impostos diferidos	18.b	4.934	4.626	7.984	7.515					
Provisão para contingências	12	3	15	163	95					
Débitos com partes relacionadas	14	196	183	-	-					
Obrigações tributárias		-	97	-	97					
Total passivo circulante		21.530	26.581	28.378	35.039					
Total do passivo		83.659	79.759	82.047	82.690					
Patrimônio líquido										
Dos acionistas controladores										
Capital social	13	44.784	44.784	44.784	44.784					
Ajustes de Avaliação Patrimonial	13	12.725	14.301	12.725	14.301					
Reservas de Lucros	13	56.277	48.796	56.277	48.796					
		113.786	107.881	113.786	107.881					
Dos não controladores		-	-	3	3					
Total do patrimônio líquido		113.786	107.881	113.789	107.884					
Total do passivo e patrimônio líquido		197.445	187.640	195.836	190.574					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Operações em continuidade					
Receita operacional líquida	15	209.356	167.537	201.194	161.559
Custos dos produtos vendidos	16	(164.488)	(137.874)	(145.172)	(119.675)
Lucro bruto		44.868	29.663	56.022	41.884
Despesas comerciais	16	(19.782)	(20.320)	(19.896)	(20.425)
Despesas gerais e administrativas	16	(7.438)	(6.566)	(9.152)	(7.876)
Honorários dos administradores	16	(1.928)	(1.837)	(1.928)	(1.837)
Despesas tributárias	16	(180)	(205)	(208)	(247)
Outras receitas e despesas	16	111	(324)	28	(610)
Equivalência patrimonial	8	7.835	9.454	-	-
Lucro antes do resultado financeiro		23.486	9.865	24.866	10.889
Receitas financeiras	17	3.410	3.369	4.450	5.014
Despesas financeiras	17	(8.120)	(7.272)	(8.732)	(8.157)
Lucro antes dos impostos		18.776	5.962	20.584	7.746
Impostos correntes	18.a	(278)	(563)	(432)	(621)
Impostos diferidos	18.a	(1.090)	2.901	(2.744)	1.175
Lucro líquido do exercício		17.408	8.300	17.408	8.300
Atribuível aos:					
Acionistas controladores				17.407	8.299
Acionistas não controladores				1	1
Lucro por mil ações em R\$ (nota 19)				10,21	4,87

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício		17.408	8.300	17.408	8.300
Outros resultados abrangentes					
Ajustes de instrumentos financeiros		183	(62)	183	(62)
Total de outros resultados abrangentes do exercício		183	(62)	183	(62)
Lucro líquido abrangente do exercício		17.591	8.238	17.591	8.238
Atribuível aos:					
Acionistas controladores				17.591	8.238
Acionistas não controladores				-	-
Lucro por mil ações em R\$ (nota 19)				10,32	4,83

Os itens dos resultados abrangentes estão apresentados líquidos dos efeitos de impostos.

	Capital social integralizado	Reserva de lucros		Ajustes de Aval. Patr.		Lucros ou prejuízos acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas		Patrimônio líquido total
		Reservas de capital	Reserva legal	Reserva de Reavaliação	Outros ajustes		Controladores	Não controlad.	
Saldos em 1º de janeiro de 2011	44.784	41.038	5.518	479	14.956	-	106.775	3	106.778
Dividendos Distribuídos	-	(2.662)	-	-	-	-	(2.662)	-	(2.662)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(4.289)	(4.289)	-	(4.289)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	8.300	8.300	-	8.300
Ajustes de instrumentos financeiros	-	-	-	-	(62)	-	(62)	-	(62)
Resultado abrangente em controlada	-	-	-	-	(181)	-	(181)	-	(181)
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	(1.315)	1.315	-	-	-
Tributos diferidos custo atribuído	-	-	-	-	448	(448)	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	415	-	-	(415)	-	-	-
Reserva aumento de capital	-	4.463	-	-	-	(4.463)	-	-	-
Realização reserva de reavaliação	-	24	-	(24)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	44.784	42.863	5.933	455	13.846	-	107.881	3	107.884
Dividendos Distribuídos	-	(743)	-	-	-	-	(743)	-	(743)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(5.168)	(5.168)	-	(5.168)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	17.408	17.408	-	17.408
Ajustes de instrumentos financeiros	-	-	-	-	183	-	183	-	183
Dividendos Distribuídos	-	(4.230)	-	-	-	-	(4.230)	-	(4.230)
Resultado abrangente em controlada	-	-	-	-	(277)	-	(277)	-	(277)
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	(2.245)	2.245	-	-	-
Tributos diferidos custo atribuído	-	-	-	-	787	(787)	-	-	-
Custo atribuído sobre baixa de bens	-	-	-	-	-	(1.268)	(1.268)	-	(1.268)
Constituição de reserva legal	-	-	870	-	-	(870)	-	-	-
Reserva aumento de capital	-	11.560	-	-	-	(11.560)	-	-	-
Realização reserva de reavaliação	-	24	-	(24)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	44.784	49.474	6.803	431	12.294	-	113.786	3	113.789

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado		continuação	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Atividades operacionais									
Lucro líquido do exercício	17.408	8.300	17.408	8.300	Participação colaboradores no resultado pago	(1.636)	(1.057)	(2.266)	(1.444)
Imposto de renda e contribuição	1.367	(2.338)	3.177	(554)	Aumento (Diminuição) de outros passivos	(3.034)	2.812	3.733	6.507
Ajuste de itens sem desembolso de caixa:					Fluxo de caixa originado de atividades operacionais	14.820	(14.283)	23.229	1.754
Depreciação e amortização	3.376	3.315	4.946	4.880	Atividades de investimento				
Despesa de variação cambial	600	768	601	768	Aquisição de imobilizado e diferido	(5.751)	(1.999)	(6.844)	(2.533)
Juros sobre empréstimos concedidos	(22)	(22)	-	-	Investimento em controladas e coligadas	6.999	14.179	-	-
Ganho da equivalência patrimonial	(7.835)	(9.454)	-	-	Empréstimos concedidos a empresas ligadas	(801)	(821)	-	-
Redução de participação dos não controladores	-	-	3	3	Recebimentos de empréstimos de empresas ligadas	674	1.319	-	-
Participação dos colaboradores no resultado	1.983	1.134	2.716	1.559	Fluxo de caixa aplicado em atividades de investimento	1.121	12.678	(6.844)	(2.533)
Constituição (Reversão) de provisão para contingência	(12)	-	83	80	Atividades de financiamento				
Perda na alienação de imobilizado	1.243	307	1.244	529	Captações de empréstimos e financiamentos	31.492	46.626	31.492	46.626
Juros sobre empréstimos	1.505	1.708	1.863	2.143	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(35.135)	(36.020)	(36.975)	(37.706)
Ajuste de giro:					Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(8.863)	(7.140)	(8.863)	(7.140)
Redução/(aumento) de contas a receber	(5.632)	(10.232)	(3.149)	(9.700)	Fluxo de caixa aplicado em atividades de investimento	(12.506)	3.466	(14.346)	1.780
Redução/(aumento) dos estoques	(865)	(1.499)	(1.212)	(2.002)	Varição líquida equivalentes a caixa	3.435	1.861	2.039	1.001
Redução/(aumento) de outros ativos	2.551	(2.941)	2.069	(2.836)	Equivalentes a caixa no início do exercício	18.820	16.959	28.383	27.382
Aumento/(redução) de fornecedores	6.504	(2.529)	(3.560)	(1.618)	Equivalentes a caixa no fim do exercício	22.255	18.820	30.422	28.383
Imposto de renda e contribuição social, pagos	(1.367)	(563)	(2.748)	(2.334)					
Juros sobre empréstimos pagos	(1.314)	(1.992)	(1.679)	(2.537)					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2012 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Buddemeyer S.A. (a "Companhia" ou "Buddemeyer") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Bento do Sul, Santa Catarina, Brasil, Rua João Hoffmann, nº 142, Centro, CEP 89.280-901, controladora direta das empresas Buddemeyer Acabamento Têxtil Ltda. e Espalma Com. Repr. Têxtil e Form. Coml. Ltda., denominadas aqui como o "Grupo" ou "Consolidado".

A Companhia tem como atividade preponderante a industrialização e o comércio de produtos têxteis. Fábrica e vende toalhas, roupões e roupa de cama para o comércio. A Companhia mantém operações no Brasil e seus produtos estão presentes também no Mercosul, Europa e EUA.

A emissão destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25 de janeiro de 2013.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia optou por apresentar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto de demonstração, por não existir diferença das demonstrações financeiras individuais e consolidadas entre o patrimônio líquido e resultados, exceto quanto à segregação do resultado de acionistas não controladores.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e elaboração dessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Bases para preparação das demonstrações financeiras

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamento da administração da Companhia, sendo as mais relevantes divulgadas na nota explicativa 3. As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

Demonstrações financeiras Individuais (Controladora)

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e estão publicadas em conjunto com as demonstrações consolidadas. As demonstrações financeiras

individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente, dessa forma, não são consideradas como estando conforme as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo custo ou valor justo.

Demonstrações financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

2.2 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Buddemeyer S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012 e 2011, apresentadas a seguir:

Razão social	País sede	Relação	% participação	
			31/12/2012	31/12/2011
Buddemeyer Acabamento Têxtil Ltda.	Brasil	Direta	99,99%	99,99%
Espalma Com.Repr.Têxtil e Fom.Coml.Ltda.	Brasil	Direta	99,92%	99,92%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a Buddemeyer S.A. obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pela CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

- A Companhia inclui em sua consolidação todas as sociedades controladas nas quais a controladora, direta ou indireta, possui influência significativa que assegurem os seus acionistas de modo permanente e preponderante o poder de eleger a maioria dos administradores.
- As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e padronizadas com o propósito de apresentação, classificação e mensuração uniformes.

• Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo, entre esses:

- a. Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as empresas incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação.
- b. Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.
- c. Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio.
- Destaque da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no lucro do exercício, respectivamente, no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício; e,
- Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.
- O resultado do exercício e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo. Destaque da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no lucro do exercício, respectivamente, no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício.
- Reconhecimento de prejuízos de empresas controladas atribuíveis à controladora que excedam o valor da participação até o limite do valor do investimento, exceto quando a controladora tem a obrigação ou intenção de cobrir estes prejuízos.

2.3 Investimentos em controladas

As demonstrações financeiras são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Buddemeyer S.A. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Buddemeyer S.A. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária.

2.4 Classificação de itens circulantes e não circulantes

No balanço patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

2.5 Transações em moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia e de todas as controladas da Buddemeyer S.A., nas quais são realizadas suas operações.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças registradas na demonstração do resultado.

2.6 Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos, empréstimos e adiantamentos realizados e outros recebíveis.

a) Reconhecimento inicial e mensuração dos ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- Transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repassar"; e (a) transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida, dos dois o menor.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores e outras obrigações, empréstimos e financiamentos.

a) Reconhecimento inicial e mensuração dos passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionada.

b) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros efetiva, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, o Grupo concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou ajuste.

2.8 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização

são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação das Demonstrações financeiras. A Companhia realizou o teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, sendo que para estas rubricas não foi destacada necessidade de provisão para impairment.

2.9 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Considera-se equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.10 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para "impairment" (perdas no recebimento de créditos). Na prática, são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente, quando relevante, e ajustado pela provisão para impairment se necessária. A provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada como redução das contas a receber de clientes e constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

2.11 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das operações-primas, mão de obra e outros custos indiretos empregados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos.

As provisões de estoques para realização (redução a valor de mercado) e para estoques de baixo giro e/ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

2.12 Imobilizado

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a empresa concluiu a primeira das análises periódicas com o objetivo de analisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Para fins dessa análise, a Companhia se baseou na expectativa de utilização dos bens, e a estimativa referente à vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, conforme experiências anteriores com ativos semelhantes, concomitantemente apurou o valor justo desses ativos para a determinação do custo atribuído.

O valor justo apurado em 1º de janeiro de 2010 foi considerado como o custo atribuído destes ativos em 1º de janeiro de 2009, data de transição às normas internacionais de contabilidade (IFRS - International Financial Reporting Standards). O valor justo apurado em 1º de janeiro de 2010 não difere significativamente do valor justo que o imobilizado teria em 1º de janeiro de 2009. Desta forma, a partir de 1º de janeiro de 2009, todos os itens do imobilizado são apresentados pelo método do custo atribuído deduzidos da respectiva depreciação.

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Instalações e equipamentos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada desses ativos, como segue:

Grupo patrimonial	Prazo
Edificações	33 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e Equipamentos	9 anos
Móveis e Utensílios	10 anos
Veículos	05 anos

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

2.13 Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia são representados por licenças de softwares. As licenças de software incluem os custos relacionados a aquisição do software. Outros custos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada, que geralmente apresentam uma taxa de amortização de 20% ao ano.

2.14 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente e acrescidos de juros, quando aplicável.

2.15 Empréstimos e financiamentos

Geral

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Custo dos empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.16 Subvenções Governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se refere a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando o Grupo receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

2.17 Provisões**Provisões gerais**

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Provisões para contingências (riscos tributários, cíveis e trabalhistas)

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas contingências, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.18 Impostos**Imposto de renda e contribuição social - correntes**

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo líquido e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

Impostos	Alíquota
ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços	0% a 25%
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	Isento (i)
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,6%

(i) Na comercialização dos produtos produzidos, a Companhia goza de incentivo fiscal na área de IPI, equivalente a redução à alíquota zero desse imposto, por prazo indeterminado, com exceção dos tapetes que possuem alíquota de 10% de IPI.

Nas demonstrações de resultado, as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

2.19 Reconhecimento da receita de vendas

A receita é reconhecida na extensão em que é provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos e serviços

A receita de venda de mercadoria é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A receita de serviços é reconhecida no resultado em função da sua realização.

2.20 Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é reconhecido como um passivo quando aprovado pelos Administradores, que são os acionistas da Companhia.

Para fins societários, os juros sobre o capital próprio são demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido. Para fins fiscais, foram tratados como despesa financeira, reduzindo a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. Em 2012, parte dos

dividendos foi substituída pelo pagamento dos juros sobre o capital próprio.

2.21 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício social.

O lucro diluído por ação é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição.

2.22 Benefícios a empregados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

2.23 Pronunciamentos contábeis revisados em 2011

Em 2012, o CPC emitiu um conjunto de emendas e revisões de suas normas, com o objetivo de eliminar inconsistências e esclarecer dúvidas na redação. A adoção dessas revisões não trouxe alterações às políticas contábeis da Companhia e não impactou seu desempenho ou a situação financeira.

2.24 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

O IASB emitiu diversos pronunciamentos contábeis que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Buddemeyer S.A. No Brasil, esses pronunciamentos somente serão requeridos após a aprovação do CPC. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor, entretanto a Companhia antecipou sua análise e não identificou nenhum pronunciamento que impacta significativamente as demonstrações financeiras da Companhia. Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras:

Norma	Em vigor pelo IASB
IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras	1º de janeiro de 2012
IAS 16 Imobilizado	1º de janeiro de 2013
IAS 19 Benefícios aos Empregados	1º de janeiro de 2013
IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures	1º de janeiro de 2013
IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação	1º de janeiro de 2014
IAS 34 Demonstrações Financeiras Intermediárias	1º de janeiro de 2013
IFRS 1 Adoção Inicial das IFRS	1º de janeiro de 2013
IFRS 7 Instrumentos Financeiros (Divulgação)	1º de janeiro de 2013
IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Classificação e Mensuração)	1º de janeiro de 2013
IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas	1º de janeiro de 2013
IFRS 11 Empreendimentos Conjuntos	1º de janeiro de 2013
IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades	1º de janeiro de 2013
IFRS 13 Mensuração de Valor Justo	1º de janeiro de 2013
IFRIC 20 Custos de Remoção de Resíduos na Fase de Produção	1º de janeiro de 2013

3. JULGAMENTO E USO DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Outras políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras são:

- Créditos de liquidação duvidosa;
- Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- Impairment dos ativos imobilizados e intangíveis; e
- Constituição de provisão para perdas nos estoques.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa	60	67	60	67
Banco conta movimento	850	1.550	1.001	1.652
Aplicações financeiras	21.345	17.203	29.361	26.664
Total caixa e equivalentes de caixa	22.255	18.820	30.422	28.383
• Disponibilidade imediata	910	1.617	1.061	1.719
• Aplicação por data de vencimento	21.345	17.203	29.361	26.664
• Até 30 dias	20.928	17.203	28.944	26.664
• De 31 a 60 dias	-	-	-	-
• De 61 a 90 dias	-	-	-	-
• Acima de 90 dias	417	-	417	-

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em certificados de Depósito Bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com rentabilidade média de 101,59% do CDI (102,88% do CDI em 2011).

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Clientes no mercado interno	51.699	49.163	51.789	49.229
Clientes no mercado externo	2.918	2.319	2.918	2.319
Partes relacionadas (Nota 17)	10.164	7.666	4.814	4.824
Total contas a receber de clientes	64.781	59.148	59.521	56.372
Duplicatas vencidas	468	3.931	468	3.931
Duplicatas a vencer	64.313	55.217	59.053	52.441
• A vencer em até 3 meses	56.507	49.050	51.247	46.274
• A vencer entre 3 e 6 meses	7.806	6.167	7.806	6.167

A provisão para devedores duvidosos é avaliada com base em duplicatas em atraso acima de 180 dias. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não possui nenhum título em atraso

8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Nas demonstrações financeiras da controladora, estão reconhecidos os seguintes investimentos em sociedades controladas, avaliados pelo patrimônio líquido das investidas, conforme participação em cada empresa:

Controladora	País	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Lucro nos Estoques	Receitas	Resultado do Período	% de Participação	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento
Em 31 de dezembro de 2011										
Buddemeyer Acabamento Têxtil Ltda.	Brasil	43.624	15.699	27.925	(335)	43.121	8.694	99,99%	9.425	27.586
Espalma Com. Repr. Têxteis e Fom. Coml. Ltda.	Brasil	215	37	178	-	610	29	99,92%	29	178
		43.839	15.736	28.103	(335)	43.731	8.723		9.454	27.764
Em 31 de dezembro de 2012										
Buddemeyer Acabamento Têxtil Ltda.	Brasil	44.928	16.595	28.333	(194)	45.802	7.415	99,99%	7.826	28.136
Espalma Com. Repr. Têxteis e Fom. Coml. Ltda.	Brasil	231	44	187	-	574	9	99,92%	9	187
		45.158	16.639	28.520	(194)	46.376	7.424		7.835	28.322

Nas demonstrações financeiras consolidadas, esses investimentos foram eliminados, sendo as sociedades controladas totalmente consolidadas conforme os critérios apresentados na nota 2.2.

9. IMOBILIZADO

Controladora	Terrenos		Edificações		Instalações		Máquinas e Equipamentos		Móveis e Utensílios		Veículos		Outros		Outros	Total
Taxas anuais médias de depreciação																
			3%		10%		11%		10%		20%		10%		20%	
Em 31 de dezembro de 2010																
Custo	2.310	14.085		1.500		33.105		2.004		724		809		1.115		55.652
Depreciação Acumulada	0	(685)		(410)		(5.847)		(1.007)		(207)		(295)		(771)		(9.222)
Valor contábil líquido	2.310	13.400		1.090		27.258		997		517		514		344		46.430
Saldo Inicial	2.310	13.400		1.090		27.258		997		517		514		344		46.430
Adições	0	179		73		1.401		124		65		7		113		1.962
Baixas	0	(38)		(46)		(440)		(33)		(90)		(7)		(45)		(699)
Reclassificações	0	(76)		14		128		43		0		63		0		172
Depreciação	0	(304)		(75)		(2.445)		(163)		(109)		(52)		(117)		(3.265)
Reclassificações	0	38		(13)		(1)		(99)		(73)		(21)		(3)		(172)
Baixa da Depreciação	0	30		46		143		31		90		7		45		392
Saldo Final em 31/12/11	2.310	13.229		1.089		26.044		900		400		511		337		44.820
Em 31 de dezembro de 2011																
Custo	2.310	14.150		1.541		34.194		2.138		699		872		1.183		57.087
Depreciação Acumulada	0	(921)		(452)		(8.150)		(1.238)		(299)		(361)		(846)		(12.267)
Valor contábil líquido	2.310	13.229		1.089		26.044		900		400		511		337		44.820
Saldo Inicial	2.310	13.229		1.089		26.044		900		400		511		337		44.820
Adições	0	1.180		57		4.090		143		91		9		103		5.673
Baixas	0	0		0		(1.683)		(7)		(56)		(1)		(54)		(1.801)
Reclassificações	0	0		(15)		(46)		5		0		18		15		(23)
Depreciação	0	(312)		(80)		(2.510)		(153)		(97)		(54)		(126)		(3.332)
Reclassificações	0	0		15		24		(5)		0		(19)		(15)		0
Baixa da Depreciação	0	0		0		445		4		56		1		53		559
Saldo Final em 31/12/12	2.310	14.097		1.066		26.364		887		394		465		313		45.896
Em 31 de dezembro de 2012																
Custo	2.310	15.330		1.583		36.555		2.279		734		898		1.247		60.936
Depreciação Acumulada	0	(1.233)		(517)		(10.191)		(1.392)		(340)		(433)		(934)		(15.040)
Valor contábil líquido	2.310	14.097		1.066		26.364		887		394		465		313		45.896

superior a 180 dias e desta forma não contabilizou uma provisão.

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Contas a receber por tipo de moeda				
Reais (R\$)	61.863	56.906	56.603	54.130
Dólar (US\$)	1.654	1.380	1.654	1.380
Euros (€)	676	313	676	313
lene (¥)	588	549	588	549
Total contas a receber de clientes	64.781	59.148	59.521	56.372
6. ESTOQUES				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Matéria-prima e materiais	16.961	20.234	17.835	20.804
Produtos em elaboração	4.253	3.829	4.059	3.494
Produtos acabados	6.521	3.985	6.521	3.985
Produtos em poder de terceiros	475	385	475	385
Produtos para revenda	3.685	2.566	3.685	2.566
Combustíveis e embalagens	534	566	767	897
Total dos estoques	32.430	31.565	33.343	32.131

A provisão para estoques obsoletos é avaliada com base nos estoques sem giro acima de 180 dias. A provisão para redução a valor de mercado dos estoques é realizada quando os custos dos estoques estão superiores aos valores de vendas dos produtos finais aos clientes. A administração da Companhia realizou essas análises e concluiu que não existe uma necessidade de constituição de tais provisões para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
IRPJ Estimativa	94	-	94	-
CSLL Estimativa	2	-	2	-
IPI	226	127	246	188
Prejuízo Fiscal - IRPJ	-	830	0	830
Base de Cálculo Negativa CSLL	-	128	0	129
ICMS	-	1	205	213
ICMS Imobilizado	988	1.357	1.101	1.478
COFINS	-	24	1	24
PIS	-	5	-	6
Outros Impostos	-	-	-	-
Total impostos a recuperar	1.339	2.306	1.751	3.222
Ativo circulante	598	1.790	925	2.113
Ativo não circulante	741	1.018	826	1.109

Consolidado	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e	Móveis e	Veículos	Outros	Outros	Total
				Equipamentos	Utensílios				
Taxas anuais médias de depreciação		3%	10%	11%	10%	20%	10%	20%	
Em 31 de dezembro de 2010									
Custo	2.610	32.702	7.297	40.611	2.664	963	809	1.348	89.004
Depreciação Acumulada	0	(5.847)	(1.950)	(7.883)	(1.193)	(446)	(295)	(955)	(18.569)
Valor contábil líquido	2.610	26.855	5.347	32.728	1.471	517	514	393	70.435
Saldo Inicial	2.610	26.855	5.347	32.728	1.471	517	514	393	70.435
Adições	0	202	246	1.671	173	65	7	129	2.493
Baixas	0	(38)	(45)	(733)	(39)	(121)	(7)	(47)	(1.030)
Reclassificações	0	(97)	44	119	43	0	63	0	172
Depreciação	0	(586)	(581)	(3.100)	(227)	(109)	(52)	(143)	(4.798)
Reclassificação	0	38	(12)	(1)	(99)	(73)	(22)	(3)	(172)
Baixa da Depreciação	0	30	46	214	36	121	7	46	500
Saldo Final em 31/12/11	2.610	26.404	5.045	30.898	1.358	400	510	375	67.600
Em 31 de dezembro de 2011									
Custo	2.610	32.807	7.530	41.667	2.742	834	850	1.427	90.467
Depreciação Acumulada	0	(6.403)	(2.485)	(10.769)	(1.384)	(434)	(340)	(1.052)	(22.867)
Valor contábil líquido	2.610	26.404	5.045	30.898	1.358	400	510	375	67.600
Saldo Inicial	2.610	26.404	5.045	30.898	1.358	400	510	375	67.600
Adições	0	1.631	167	4.406	183	91	9	125	6.612
Baixas	0	0	0	(1.734)	(7)	(56)	(1)	(54)	(1.852)
Reclassificações	0	9	33	(103)	8	0	19	13	(21)
Depreciação	0	(598)	(605)	(3.117)	(221)	(97)	(54)	(155)	(4.847)
Reclassificações	0	12	(97)	72	(7)	0	(19)	39	0
Baixa da Depreciação	0	0	0	493	5	56	1	53	608
Saldo Final em 31/12/12	2.610	27.458	4.543	30.915	1.319	394	465	396	68.100
Em 31 de dezembro de 2012									
Custo	2.610	34.447	7.730	44.236	2.926	869	877	1.511	95.206
Depreciação Acumulada	0	(6.989)	(3.187)	(13.321)	(1.607)	(475)	(412)	(1.115)	(27.106)
Valor contábil líquido	2.610	27.458	4.543	30.915	1.319	394	465	396	68.100

A Companhia procedeu a avaliação da vida útil econômica do Ativo Imobilizado de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, atendendo o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a Interpretação Técnica ICPC 10. Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens, a Companhia estabeleceu uma nova vida útil. Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

O montante de R\$ 4.772 no ano de 2012 referente à despesa de depreciação foi debitado ao resultado consolidado na rubrica de "custo dos produtos vendidos" e o montante de R\$ 75 no ano de 2012, como "despesas administrativas".

Não existiram juros capitalizados ao ativo imobilizado, por não se qualificarem.

10. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Fornecedores no mercado interno	7.470	3.490	7.885	3.923
Fornecedores no mercado externo	2.477	2.878	2.477	2.878
Partes relacionadas (Nota 17)	12.703	9.778	-	-
Total dos fornecedores	22.650	16.146	10.362	6.801
Passivo circulante	21.628	15.209	9.340	5.865
Passivo não circulante	1.022	937	1.022	936
Duplicatas vencidas	-	-	-	-
Duplicatas a vencer	22.650	16.146	10.362	6.801
• A vencer em até 3 meses	20.757	14.675	8.469	5.331
• A vencer entre 3 e 6 meses	77	394	77	394
• A vencer de 6 meses a 1 ano	794	140	794	140
• A vencer acima de 1 ano	1.022	937	1.022	936

Fornecedores por tipo de moeda

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Reais (R\$)	20.173	13.268	7.885	3.923
Dólar (US\$)	-	862	-	862
Euros (€)	2.477	1.911	2.477	1.911
Franco Suíço (Fr)	-	105	-	105
Total dos fornecedores	22.650	16.146	10.362	6.801

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Garantias	Encargos anuais	Controladora		Consolidado	
			31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativo Fixo	Alienação	+4,0% a.a. a 7,0% a.a.	6.924	12.142	12.612	19.678
Capital de Giro	Notas promissórias e aval	+Variação Cambial+Libor De 1,7% a.a. a 9,0% a.a.	13.233	4.574	13.233	4.574
Financ.Mat.	-Prima	5,5% ao ano	15.032	20.695	15.032	20.695
Prodec	N/A	6% a.a.+50% IGPM e 4% ao ano+Variação UFIR	9.211	10.147	9.211	10.147
Total dos empréstimos e financiamentos			44.400	47.558	50.088	55.094
Passivo circulante			29.295	27.424	31.149	29.287
Passivo não circulante			15.105	20.134	18.939	25.807

Empréstimos por data de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Em até 6 meses	20.332	22.668	21.260	23.600
De 6 meses a 1 ano	8.963	4.756	9.889	5.687
De 1 a 2 anos	5.961	7.023	7.802	8.863
De 2 a 3 anos	4.686	5.219	6.526	7.059
De 3 a 4 anos	2.265	4.122	2.418	5.963
De 4 a 5 anos	1.294	1.791	1.294	1.944
Acima de 5 anos	899	1.979	899	1.978
Total dos empréstimos e financiamentos	44.400	47.558	50.088	55.094

Empréstimos por tipo de moeda

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Reais (R\$)	35.348	41.339	41.036	48.875
Dólar (US\$)	8.428	5.804	8.428	5.804
Euros (€)	624	415	624	415
Total dos empréstimos e financiamentos	44.400	47.558	50.088	55.094

Empréstimos por indexação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Taxas pré-fixadas	44.400	47.558	50.088	55.094
Taxas pós-fixadas	0	0	0	0
Total dos empréstimos e financiamentos	44.400	47.558	50.088	55.094

As subvenções de empréstimos subsidiados foram registradas pela diferença entre os encargos decorrentes do uso da taxa cobrada pelo PRODEC e BRDE e a taxa de juros de mercado. O valor dos juros subsidiados nessas modalidades neste ano de 2012 foi de R\$ 433 (R\$ 661 em 2011).

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia encontra-se em cumprimento de todas as cláusulas contratuais desses empréstimos e financiamentos.

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia está envolvida em determinadas questões trabalhistas e cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para aqueles casos em que as probabilidades de perda são consideradas "prováveis", e considera que tais valores são suficientes para cobrir tais perdas. A movimentação dessas provisões podem ser sumarizadas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ações trabalhistas	3	15	163	95
Total provisão para contingência	3	15	163	95

Abaixo demonstramos a movimentação do consolidado:

	31/12/11			
	Adições	Juros	Baixas	Reversões
Ações trabalhistas	95	80	-	(12)
Total provisão para contingência	95	80	-	(12)

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras discussões, para as quais as probabilidades de perdas foram consideradas "possíveis" ou "remota" e, para as quais, não foram constituídas provisões para perdas. As discussões classificadas como "possíveis" envolvem valores que totalizam aproximadamente R\$ 2.322 (R\$ 2.321 em 2011).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social, pertencente a acionistas domiciliados no País, subscrito e totalmente integralizado, no montante de R\$ 44.784.446 (quarenta e quatro milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e seis reais) é representado por 1.705.329.760 (um bilhão, setecentos e cinco milhões, trezentos e vinte e nove mil, setecentos e sessenta e sessenta) ações, sendo 1.364.263.808 (um bilhão, trezentos e sessenta e quatro milhões, duzentos e sessenta e três mil, oitocentos e oito) ordinárias e 341.065.952 (trezentos e quarenta e um milhões, sessenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e

duas) preferenciais, todas sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado e pertencente a acionistas residentes no País. Todas as ações preferenciais terão prioridade: a) Direito de percepção de um dividendo mínimo e não cumulativo, de 5% do lucro líquido ajustado na forma do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76; b) Na distribuição, em igualdade de condições com as ações ordinárias, pela sociedade, de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas de capital social.

Reserva legal

Constituída na proporção de 5% do lucro do exercício, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$ 870 (R\$ 415 em 2011), limitando sua reserva legal a 20% do capital social, totalizando a Reserva Legal no montante de R\$ 6.803 (R\$ 5.933 em 2011).

Reserva de Reavaliação

Em 1990, na controlada Buddemeyer Acabamento Têxtil Ltda. foram reavaliadas as Edificações, pelo valor de mercado. No exercício, foi realizado o valor de R\$ 24 referente a reavaliação em controlada, contabilizado na conta Lucros Acumulados. Os valores envolvidos não afetam os impostos e contribuições na controladora, sendo tributados diretamente na controlada.

Dividendos pagos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia creditou em 2012, à conta do dividendo anual, juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 5.168.

2012

Lucro líquido do exercício	17.408
Apropriação da reserva legal	(870)
Base de cálculo dos dividendos	16.538
Dividendos obrigatórios (30% conforme estatuto)	5.623
Dividendos aprovados em RCA 19.09.12	3.000
Dividendos aprovados em RCA 03.10.12	1.230
Juros sobre capital próprio, aprovados pelos acionistas	5.168
Total dos dividendos mínimos deliberados	9.398
Dividendos pagos	6.163
Total dividendos a pagar provisionados	3.235

O Lucro Líquido remanescente no valor de R\$ 11.560 será destinado a Reserva para Aumento de Capital, a ser submetido à aprovação da AGO.

14. PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativo com partes relacionadas				
Ativos circulante (Contas a Receber)	11.094	7.666	5.744	4.824
Buddemeyer Acabamento Têxtil Ltda.	5.350	2.842	-	-
VRN Empresa de Comércio Ltda.	4.429	4.824	4.429	4.824
Rio Negro Distribuidora Ltda.	931	-	931	-
Espalma. S.A.	384	-	384	-
Ativos não circulante (Mútuo)	404	254	404	254
VRN Empresa de Comércio Ltda.	404	-	404	-
RCCM Participações S.A.	-	254	-	254
Total ativo com partes relacionadas	11.498	7.920	6.148	5.078

Passivo com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Passivo circulante (Fornecedores)	12.703	9.778	-	-
Buddemeyer Acabamento Têxtil Ltda.	12.703	9.778	-	-
Passivo não circulante (Mútuo)	196	280	-	97
AVRN Participações S.A.	-	97	-	97
Espalma Com., Repr. Têxtil e Fomento Ltda.	196	183	-	-
Total ativo com partes relacionadas	12.899	10.058	-	97

Resultado com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita com vendas	24.106	19.398	10.085	7.754
Buddemeyer Acabamento Têxtil Ltda.	14.021	11.644	-	-
VRN Empresa de Comércio Ltda.	5.788	5.788	5.788	5.788
Rio Negro Distribuidora Ltda.	2.330	-	2.330	-
Espalma. S.A.	1.967	1.966	1.967	1.966
Receita financeira	23	15	23	14
RCCM Participações S.A.	15	13	15	13
AVRN Participações S.A.	-	1	-	1
Espalma Com., Repr. Têxtil e Fomento Ltda.	8	1	8	1
Custo	(38.811)	(71.986)	-	-
Buddemeyer Acabamento Têxtil Ltda.	(38.201)	(35.688)	-	-
Espalma Com., Repr. Têxtil e Fomento Ltda.	(610)	(36.298)	-	-
Despesa financeira	(12)	(48)	-	(4)
Buddemeyer Acabamento Têxtil Ltda.	-	(35)	-	-
AVRN Participações S.A.	-	(4)	-	(4)
Espalma Com., Repr. Têxtil e Fomento Ltda.	(12)	(9)	-	-
Despesa com aluguel	(290)	(250)	(290)	(250)
VRN Empresa de Comércio Ltda.	(147)	(130)	(147)	(130)
AVRN Participações S.A.	(143)	(120)	(143)	(120)
Total resultado com partes relacionadas	(14.984)	(52.871)	9.818	7.514

Transações operacionais

As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas e vencem em dois meses. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber de partes relacionadas. Os produtos são vendidos com base nas tabelas de preço em vigor e nos termos que estariam disponíveis para terceiros.

Transações não operacionais

Nos mútuos entre as empresas, os contratos preveem taxas de juros de TJLP.

Remuneração dos administradores

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da Assembleia Geral Ordinária de 28.02.2012 e 05.04.2011, respectivamente, os montantes da remuneração anual paga ao pessoal chave da administração são divulgados a seguir, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas:

	Quantidade	31/12/2012	31/12/2011
Conselho de Administração	5	738	697
Diretoria	3	1.190	1.140
Total	8	1.928	1.837

15. RECEITA DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita bruta				
Vendas Mercado Interno	118.915	118.203	123.459	120.832
Vendas Mercado Externo	25.792	14.261	25.792	14.261
Revenda de Mercadorias	91.317	59.008	91.675	59.456
Vendas Intercompanhia	24.105	19.398	7.754	7.754
Total da receita bruta	260.130	210.870	248.680	202.303
Deduções da receita				
(-) Deduções das Vendas Intercompanhia	(4.909)	(4.285)	(1.230)	(1.230)
(-) Devoluções e Abatimentos	(4.152)	(4.212)	(4.154)	(4.212)
(-) Impostos sobre as Vendas	(41.712)	(34.836)	(42.102)	(35.302)
Total das deduções	(50.773)	(43.333)	(47.486)	(40.744)
Receita operacional líquida	209.356	167.537	201.194	161.559

Em revenda de mercadorias, R\$ 33.048 (R\$ 13.853 em 2011) refere-se à venda de algodão em pluma para empresa fornecedora de fios de algodão. Em Vendas Mercado Externo, R\$ 11.634 refere-se à venda de produtos do setor moveleiro com fim específico de exportação (nihil em 2011).

16. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Despesas por função, classificadas como:				
Custos dos Produtos Vendidos	(164.488)	(137.874)	(145.172)	(119.675)
Despesas comerciais	(19.782)	(20.320)	(19.896)	(20.425)
Despesas gerais e administrativas	(7.438)	(6.566)	(9.152)	(7.876)
Honorários dos Administradores	(1.928)	(1.837)	(1.928)	(1.837)
Despesas Tributárias	(180)	(205)	(208)	(247)
Outras receitas e despesas	111	(324)	28	(610)
Total das despesas por função	(193.705)	(167.126)	(176.328)	(150.670)
Despesas por natureza				
Despesas com material	(46.156)	(59.025)	(57.699)	(68.924)
Despesas com pessoal	(18.594)	(18.351)	(19.782)	(19.308)
Benefícios a empregados	(2.658)	(2.390)	(3.748)	(3.270)
Participação no resultado	(1.983)	(1.134)	(2.716)	(1.559)
Despesas com marketing	(2.131)	(2.749)	(2.131)	(2.749)
Despesas com serviços de terceiros	(27.198)	(23.123)	(28.020)	(24.033)
Desenvolvimento de produtos	(603)	(637)	(603)	(637)
Despesas com comissões	(8.019)	(7.644)	(8.019)	(7.644)
Depreciação e amortização	(3.376)	(3.315)	(4.946)	(4.880)
Conservação e manutenção	(1.935)	(1.550)	(3.053)	(2.774)
Outros gastos gerais	(81.052)	(47.208)	(45.611)	(14.892)
Total das despesas por natureza	(193.705)	(167.126)	(176.328)	(150.670)

17. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita				
Juros sobre Aplicações Financeiras	1.907	1.779	2.688	2.946
Varição Cambial Ativa	628	452	628	452
Juros sobre Contrato	25	27	1	62
Ajuste a Valor Presente	433	661	686	1.043
Outras Receitas Financeiras	417	450	447	511
Total receita financeira	3.410	3.369	4.450	5.014
Despesa				
Juros sobre Contrato	(2.786)	(2.045)	(3.119)	(2.480)
Varição Cambial Passiva	(1.407)	(1.430)	(1.407)	(1.438)
Ajuste a Valor Presente	(622)	(832)	(875)	(1.214)
Outras Despesas Financeiras	(3.305)	(2.965)	(3.331)	(3.025)
Total despesa financeira	(8.120)	(7.272)	(8.732)	(8.157)
Total resultado financeiro	(4.710)	(3.903)	(4.282)	(3.143)

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente e conciliação com o resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lucro antes do IRPJ e CSLL	18.776	5.962	20.584	7.746
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL referidos à alíquota nominal	(6.384)	(2.027)	(6.998)	2.633
Imposto de renda e contribuição social permanentes				
Despesas com campanha política	(41)	-	(41)	-
Despesas com brindes	(214)	(60)	(214)	(60)
Equivalência patrimonial	2.664	3.214	3.214	3.214
Juros sobre capital próprio	1.757	1.458	1.458	1.458
Incentivos fiscais	(6)	-	(6)	(6)
Outros ajustes	856	(247)	(588)	(1.418)
IRPJ e CSLL no resultado	(1.368)	2.338	(3.176)	554
Imposto de renda corrente	(278)	(563)	(432)	(621)
Imposto de renda diferido	(1.090)	2.901	(2.744)	1.175

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 tributos sobre o lucro. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Depreciação do custo atribuído	(4.224)	(4.998)	(6.333)	(7.067)
Depreciação da vida útil versus fiscal	(3.946)	(3.019)	(4.887)	(3.839)
Ajustes a valor presente de fornecedores	(60)	(71)	(60)	(71)
Depreciação do AVP sobre imobilizado	129	122	129	122
Prejuízo fiscal e base negativa	3.167	3.340	3.167	3.340
Total dos impostos diferidos, líquidos	(4.934)	(4.626)	(7.984)	(7.515)
Ativo não circulante	3.296	3.462	3.296	3.462
Passivo não circulante	8.230	8.088	11.280	10.977

O registro dos tributos diferidos ativos está suportado pelo plano de negócios da Companhia, o qual foi aprovado por sua Diretoria Executiva, segundo o qual a Companhia apurará lucros tributáveis em exercícios futuros, em montantes considerados pela Administração suficientes para a realização de tais valores.

Estimativa de Utilização do Prejuízo Fiscal

	Controladora	Consolidado
2013	1.583	1.583
2014	1.584	1.584
Total	3.167	3.167

19. LUCRO POR AÇÃO (BÁSICO E DILUÍDO)

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	31/12/12	31/12/11
Numerador		
Lucro Líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	13.927	6.640
Lucro disponível aos acionistas ordinários	3.482	1.660
	17.408	8.300
	31/12/12	31/12/11
Denominador (em milhares de ações)		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	1.364.263	1.364.263
Quantidade de ações ordinárias emitidas	341.066	341.066
Total	1.705.329	1.705.329

Resultado básico e diluído por ação (em Reais)

Ação preferencial (por 1.000 ações)	10,21	4,87
Ação ordinária (por 1.000 ações)	10,21	4,87

A Companhia não tem plano de pagamento baseado em ações ou quaisquer outros instrumentos patrimoniais que possam diluir o lucro dos acionistas.

20. OBJETIVO E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 38 a CPC 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2012 e correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado.

a. Recebíveis: São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

b. Mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem as aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa, que são de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado.

c. Disponíveis para venda: Incluem as aplicações em ações cujo valor é determinado em relação a cotações divulgadas em um mercado ativo.

d. Derivativos: A empresa não mantém operações em derivativos.

e. Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes, que são avaliados pelo custo amortizado.

f. Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro são:

	Controladora			31/12/2011		
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total	Passivos financeiros conforme balanço patrimonial	Outros passivos financeiros	Total
Ativos financeiros conforme balanço patrimonial						
Caixa e Bancos		1.617	1.617	Fornecedores	15.209	15.209
Aplicações Financeiras	17.203	-	17.203	Empréstimos e Financiamentos	27.424	27.424
Contas a receber	-	59.148	59.148	Outros Débitos	4.869	4.869
Outros Créditos	-	1.175	1.175			
Parcela Circulante	17.203	61.940	79.143	Parcela Circulante	47.502	47.502
Depósitos Judiciais	-	127	127	Fornecedores	937	937
Créditos com Pessoas Ligadas	-	254	254	Empréstimos e Financiamentos	20.134	20.134
				Dívidas com Pessoas Ligadas	183	183
Parcela não Circulante	0	381	381	Parcela não Circulante	21.254	21.254
Total dos Ativos Financeiros	17.203	62.321	79.524	Total dos Passivos Financeiros	68.756	68.756

	Consolidado			31/12/2011		
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total	Passivos financeiros conforme balanço patrimonial	Outros passivos financeiros	Total
Ativos financeiros conforme balanço patrimonial						
Caixa e Bancos	-	1.719	1.719	Fornecedores	5.865	5.865
Aplicações Financeiras	26.664	-	26.664	Empréstimos e Financiamentos	29.287	29.287
Contas a receber	-	56.372	56.372	Outros Débitos	6.160	6.160
Outros Créditos	-	1.209	1.209			
Parcela Circulante	26.664	59.300	85.964	Parcela Circulante	41.312	41.312
Depósitos Judiciais	-	139	139	Fornecedores	936	936
Créditos com Pessoas Ligadas	-	254	254	Empréstimos e Financiamentos	25.807	25.807
				Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
Parcela não Circulante	0	393	393	Parcela não Circulante	26.743	26.743
Total dos Ativos Financeiros	26.664	59.693	86.357	Total dos Passivos Financeiros	68.055	68.055

	Controladora			31/12/2012		
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total	Passivos financeiros conforme balanço patrimonial	Outros passivos financeiros	Total
Ativos financeiros conforme balanço patrimonial						
Caixa e Bancos		910	910	Fornecedores	21.628	21.628
Aplicações Financeiras	21.345	-	21.345	Empréstimos e Financiamentos	29.295	29.295
Contas a receber	-	64.781	64.781	Outros Débitos	3.396	3.396
Outros Créditos	-	1.503	1.503			
Parcela Circulante	21.345	67.194	88.539	Parcela Circulante	54.319	54.319
Depósitos Judiciais	-	126	126	Fornecedores	1.022	1.022
Créditos com Pessoas Ligadas	-	404	404	Empréstimos e Financiamentos	15.105	15.105
				Dívidas com Pessoas Ligadas	196	196
Parcela não Circulante	0	530	530	Parcela não Circulante	16.323	16.323
Total dos Ativos Financeiros	21.345	67.724	89.069	Total dos Passivos Financeiros	70.642	70.642

	31/12/2012			Consolidado		
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total	Passivos financeiros conforme balanço patrimonial	Outros passivos financeiros	Total
Ativos financeiros conforme balanço patrimonial						
Caixa e Bancos		1.061	1.061	Fornecedores	9.340	9.340
Aplicações Financeiras	29.361		29.361	Empréstimos e Financiamentos	31.149	31.149
Contas a receber		59.521	59.521	Outros Débitos	4.185	4.185
Outros Créditos		1.531	1.531			
Parcela Circulante	29.361	62.113	91.474	Parcela Circulante	44.674	44.674
Depósitos Judiciais		143	143	Fornecedores	1.023	1.023
Créditos com Pessoas Ligadas		404	404	Empréstimos e Financiamentos	18.938	18.938
				Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
Parcela não Circulante	0	547	547	Parcela não Circulante	19.961	19.961
Total dos Ativos Financeiros	29.361	62.660	92.021	Total dos Passivos Financeiros	64.635	64.635

A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios aos quais a Companhia está exposta, são eles:

Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Para o gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

Riscos de taxas de câmbio

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado. Para se proteger do risco da variação cambial associado aos contratos assumidos, remessas e recebimentos futuros, a Companhia utiliza: ACC (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio).

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Diretoria Financeira da Companhia. A Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito avaliadas por agências independentes de "rating".

Em relação a contas a receber de clientes, a Companhia não tem concentração de recebíveis de forma relevante, pois possui uma carteira de clientes pulverizada. A Companhia administra o risco por meio de rigoroso processo de concessão de crédito, bem como registrando, periodicamente, quando aplicável, provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de avaliações regulares de sua administração. A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Gestão do capital social

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações. Não

houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Risco de preço de commodities

A Companhia é afetada pela volatilidade da commodity algodão. Suas atividades operacionais requerem aquisição e produção em continuidade de produtos têxteis e, portanto, requerem fornecimento contínuo de algodão. Devido a oscilação constante dos preços dessa commodity, a Administração desenvolveu e implantou uma estratégia de gestão de risco para a gestão de risco de preço de commodities, visando mitigar esse risco. Com base na previsão do fornecimento de algodão necessário nos próximos meses, a Administração mantém um estoque mínimo de produção.

21. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento não estão sendo apresentadas, pois a Companhia possui apenas um segmento operacional. A Companhia também não está divulgando as informações geográficas por estar abaixo dos parâmetros mínimos quantitativos exigidos pela Norma, ou seja, sua receita reconhecida, incluindo tanto as vendas para clientes externos quanto as vendas ou transferências intersegmentos não é igual ou superior a 10% da receita combinada, interna e externa, de todos os segmentos operacionais.

22. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2012, o limite máximo de indenização estabelecido pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros é resumido como segue:

Tipo de Seguro	Valor da Cobertura	Vencimento
Seguro Compreensivo Empresarial (edifícios, instalações, máquinas, móveis, utensílios, mercadorias e matérias primas)	53.949	Fevereiro/2013
Lucros Cessantes	64.985	Fevereiro/2013
Responsabilidade Civil Geral (danos pessoais e materiais causados a terceiros)	3.000	Fevereiro/2013
Veículos	300	Dezembro/2012

A cobertura foi contratada por montante considerado suficiente pela Administração para mitigar os riscos por ela identificados. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não foram parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

São Bento do Sul, 31 de dezembro de 2012.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA
ROLF BUDDEMEYER - Presidente	CLAUS BUDDEMEYER - Diretor Presidente
CLAUS BUDDEMEYER - Vice-Presidente	ROLF BUDDEMEYER - Diretor Vice-Presidente
SIEGFRIED J. BUDDEMEYER - Membro	EVANDRO MULLER DE CASTRO - Diretor
MARCOS BUDDEMEYER - Membro	
CARLOS BUDDEMEYER - Membro	
SIDNEY CHAMEH - Membro	
ULRICH KUHN - Membro	
	CONTADOR
	ORLY FENDRICH
	Contador CRC (SC) 011403/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **BUDDEMEYER S.A.**

São Bento do Sul, SC

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Buddemeyer S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais** - Em nossa opinião, as

demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Buddemeyer S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Buddemeyer S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase** - Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Buddemeyer S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. **Outros assuntos - Demonstrações de valor adicionado** - Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, mas não é requerida para as demonstrações fechadas, e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 comparativas** - As demonstrações financeiras da Buddemeyer S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 2 de fevereiro de 2012 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Blumenau (SC), 15 de fevereiro de 2013.

Ernst & Young Terco

Auditores Independentes S.S.

CRC-SP 015.199/O-6 S-SC

Marcos Antonio Quintanilha

Contador CRC-1-SP 132.776/O-3-T-SC